

O adiamento da data final do Plano Brady de novembro deste ano para fevereiro de 1994, a ser solicitado pelo Brasil para a conclusão do acordo com os bancos credores privados, não causa preocupação neste momento. Não se prevêem dificuldades para que a prorrogação seja concedida, havendo concordância do Comitê Assessor dos Bancos. De fato, por razões fiscais, os credores preferem que o acordo seja mesmo consumado no início de 1994.

Do lado brasileiro, o prazo é exíguo, mas não porque o acordo não possa ser tecnicamente estruturado, já que 95% dos créditos foram distribuídos entre as opções previstas. Além disso, se as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional se tivessem deteriorado, o acordo adquiriria um sentido de urgência. Mas não é o que se verifica: apesar de flutuações ocasionais, o ingresso de recursos externos tem sido satisfatório e o volume de reservas mantém-se elevado.

Na realidade, para os responsáveis pela condução da política econômica, a dilatação do prazo representa uma folga para dar sequência ao programa de estabilização eco-

Em preparação para o grande teste

nômica. O Orçamento para este exercício, somente aprovado pelo Congresso em abril, é reconhecidamente falho e a suspensão do pagamento do IPMF na semana passada foi mais um tropeço a requerer medidas imediatas. O mais importante, porém, é montar um orçamento confiável para o próximo ano, capaz de dar segurança ao governo para um acerto técnico com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com vistas à obtenção de um crédito "stand-by".

A questão é tanto política quanto financeira. Sem um entendimento consequente com o FMI, o governo dos Estados Unidos não venderia ao Brasil as Letras do Tesouro que devem ajudar a compor as garantias para o acordo com os credores privados. Ainda que Washington concordasse em fazê-lo, em razão de gestões diplomáticas e solicitações dos bancos, com a aquiescência do FMI, o Brasil, além de ter de desembolsar um valor que de-

veria ser suprido por instituições financeiras internacionais, pagaria também mais caro pelas Letras do Tesouro americano.

De qualquer forma, as negociações vão ser difíceis e, em sua viagem a Washington no final deste mês para tomar parte da assembleia geral do FMI/Banco Mundial, o ministro Fernando Henrique Cardoso manterá conversações decisivas com o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, na expectativa de que não sejam estabelecidas metas muito rígidas para a retomada do acordo com aquela instituição até fevereiro de 1994.

Apesar dos níveis absurdos da inflação brasileira, o ministro conta com alguns trunfos. Não obstante as dificuldades encontradas, o Programa de Ação Imediata (PAI) vem cumprindo as suas metas, o programa de desestatização vai ser acelerado, a abertura do comércio internacional prossegue e, mais cedo do que se imagina, o País pode caminhar

para um sistema de câmbio unificado, o que quer dizer mais livre.

Como se noticiou, o Banco Central (BC) foi autorizado a adotar medidas para a liberalização cambial, que, como fez questão de salientar o ministro, não significa uma dolarização, mas uma compatibilização com a realidade do mercado. Será um processo gradual, como garantem os técnicos do governo, envolvendo talvez, em uma primeira fase, a unificação dos mercados comercial e de câmbio flutuante, até agora contabilmente estanques, o que terá reflexos no mercado paralelo. Com a posição de reservas que detém no momento, não há motivo para o governo temer esse desdobramento, que deve incentivar os investimentos no País.

Sem dúvida, tudo isso ajudará a projetar uma melhor imagem do Brasil no exterior, mostrando como as intenções se traduzem em atos. Contudo, o grande teste continua a ser a realização da reforma fiscal ainda neste ano. Se o Congresso se convencer de que essa reforma é imperativa, haverá tempo para chegar a um acordo com o FMI e os credores privados até o fim de fevereiro.